

# PRAÇAS DA MARÉ

**ocupar, cuidar  
e reinvidicar**

A Redes da Maré, com o apoio do CAU-RJ, realizou uma pesquisa de campo para entender a situação real dos espaços de lazer no nosso bairro. Aqui, você vai encontrar números que ajudam a gente a cobrar melhorias e a imaginar como seriam as praças ideais: com sombra, acessibilidade, segurança e diversão para todas e todos.

Para acessar a publicação completa aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo.



Este é um documento resultado de uma pesquisa de campo sobre a realidade das praças no Conjunto de Favelas da Maré realizada no ano de 2023 pela Redes da Maré.

*Guia de Praças da Maré.* Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2025.

## Sumário

- 1. Apresentação do Guia de Praças**
- 2. A Praça como espaço de direito ao lazer**
- 3. A situação das Praças “Oficiais” na Maré**
- 4. Análise do Território da Maré**
  - 4.1. Infográfico**
  - 4.2. Caracterização geral das praças**
    - 4.2.1. Existência de mesas e bancos nas praças
    - 4.2.2. Existência de praças segundo papelreira (COMLURB)
    - 4.2.3. Arborização
  - 4.3. Conforto e qualidade ambiental**
    - 4.3.1. Conforto térmico
    - 4.3.2. Contradição entre presença de árvores e geração de conforto térmico nas praças
    - 4.3.3. Iluminação
  - 4.4. Mobiliário e equipamentos específicos**
    - 4.4.1. Estado de conservação do mobiliário destinado a adultos
    - 4.4.2. Existência e situação dos mobiliários de parque infantil
    - 4.4.3. Equipamento voltado para a 3ª idade
    - 4.4.4. Equipamentos voltados para a 3ª idade, segundo o tipo de aparelho
  - 4.5. Acessibilidade e oferta diversificada**
    - 4.5.1. Recursos de acessibilidade identificados
    - 4.5.2. Quantitativo das praças por conjunto de equipamentos encontrados
- 5. Requisitos para uma praça funcional**
  - 5.1. Acessibilidade
  - 5.2. Mobiliário
  - 5.3. Cobertura vegetal
  - 5.4. Equipamento de lazer ativo
  - 5.5. Infraestrutura
- 6. Caminhos possíveis para as praças**
- 7. Conclusão**

# 1. Apresentação do Guia de Praças

A Maré constitui um bairro com população superior a 125 mil habitantes, distribuídos em mais de 30 mil domicílios (IBGE, 2022), concentrados em uma área aproximada de 4 km<sup>2</sup>. Localiza-se entre três das principais malhas viárias do Rio de Janeiro — Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha — e junto à Baía de Guanabara. De acordo com o Censo Populacional da Maré de 2019<sup>1</sup>, caso fosse considerado um município, o bairro ocuparia a 12<sup>a</sup> posição entre os mais populosos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a 21<sup>a</sup> no âmbito estadual e teria população superior à de 96% dos municípios brasileiros.

O território é formado por quinze favelas: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Parque Rubens Vaz, Parque Roquete Pinto, Parque União, Nova Holanda, Praia de Ramos, Conjunto Esperança, Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Habitacional do Pinheiros, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Nova Pinheiros (Salsa e Merengue). Os padrões de ocupação dessas áreas se constituíram de maneira diversa ao longo do tempo, articulando processos de ocupação espontânea iniciados nos anos 1940 com distintas iniciativas de políticas habitacionais implementadas pelas esferas municipal, estadual e federal.

Nesse contexto territorial e histórico, marcado por elevada densidade populacional, diversidade social e desafios estruturais, destaca-se a atuação da Redes da Maré. Organização da sociedade civil formalizada em 2007, que trabalha na promoção dos direitos da população das quinze favelas mencionadas, com foco em áreas como saúde, educação, segurança pública, arte, cultura, memória, identidade, direitos urbanos e socioambientais, entre outras.

Sua metodologia combina produção de conhecimento, mobilização, articulação comunitária, criação de projetos e soluções além de incidência sobre a política pública, sempre a partir do entendimento de que os territórios populares têm especificidades que precisam ser reconhecidas e valorizadas na formulação de políticas urbanas.

A Redes da Maré busca enfrentar desigualdades históricas no acesso à infraestrutura urbana, às condições ambientais adequadas e à proteção diante dos efeitos das mudanças climáticas. Sua atuação considera que a justiça urbana e ambiental é inseparável do direito à cidade e que a promoção de políticas eficazes depende de diagnósticos precisos, participação social e soluções alinhadas à realidade do território.

Nos últimos anos, a Redes da Maré produziu uma série de diagnósticos que aprofundam a compreensão das vulnerabilidades e potencialidades do território. Esses estudos possibilitaram uma abordagem integrada, voltada à consolidação de uma base robusta de dados, análises e experiências práticas, capazes de orientar intervenções urbanas mais qualificadas.

<sup>1</sup> Disponível em:

[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare\\_WEB\\_04MAI.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf)

A publicação *Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas do Conjunto de Favelas da Maré*<sup>2</sup> (Redes da Maré, 2023) trouxe projeções sobre ondas de calor, inundações e impactos do aumento do nível do mar, destacando a necessidade de medidas de adaptação e mitigação. O Diagnóstico sobre ilhas de calor e qualidade do ar nas 15 favelas da Maré<sup>3</sup> reforçou a urgência de enfrentar esses problemas que trazem impactos diretos na saúde da população. Já o Projeto Ecoclima (Núcleo de Economia Circular e Clima da Maré) desenvolveu e testou soluções ambientais em escala local — como telhados verdes<sup>4</sup>, sistemas de compostagem<sup>5</sup> e biodigestor com *wetlands*<sup>6</sup> — demonstrando a viabilidade de tecnologias acessíveis e adequadas às características das favelas. A produção de dados, práticas e metodologias indica que a qualificação dos espaços públicos é uma dimensão central da justiça socioambiental no território.

As praças, em especial, cumprem papel fundamental como espaço de democratização do lazer, visto que se configuram como “espaços públicos destinados ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”, conforme trabalhado por Robba e Macedo (2002)<sup>7</sup>. Além disso, elas assimilam grande parte do ajardinamento e arborização urbana, e a depender da postura em relação a esse potencial elas podem ser grandes aliadas ou mais um espaço quente na cidade<sup>8</sup>. Observa-se, contudo, que a legislação urbanística atual e os instrumentos de planejamento municipal não oferecem diretrizes suficientemente claras para orientar o desenho, o uso e a gestão desses espaços em contextos populares densos.

Diante desse cenário, a Redes da Maré propõe a elaboração deste **Guia de Praças** como instrumento técnico e pedagógico capaz de orientar projetos, intervenções e processos participativos na escala local. O objetivo é consolidar diretrizes que dialoguem tanto com as necessidades identificadas nas favelas da Maré quanto com as tendências de adaptação climática, infraestrutura verde e promoção da saúde urbana. O guia pretende apoiar profissionais, gestores públicos, organizações comunitárias e lideranças locais na construção de praças mais inclusivas, sustentáveis, frescas e seguras.

Ao apresentar este material, a Redes da Maré reafirma seu compromisso com a produção de conhecimento aplicada à transformação territorial e com a defesa do direito a um ambiente urbano justo, saudável e orientado pelo protagonismo dos moradores da Maré.

A

<sup>2</sup> Disponível em:

[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Analise\\_de\\_Risco\\_WayCarbon.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Analise_de_Risco_WayCarbon.pdf)

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RespiraMareRelatorio.pdf>

<sup>4</sup> Disponível em:

[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/MANUAL\\_TELHADO\\_VERDE\\_v5.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/MANUAL_TELHADO_VERDE_v5.pdf)

<sup>5</sup> Disponível em:

[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/MANUAL\\_COMPOSTAGEM\\_v3.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/MANUAL_COMPOSTAGEM_v3.pdf)

<sup>6</sup> Disponível em:

[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/MANUAL\\_BIODIGESTOR\\_v4.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/MANUAL_BIODIGESTOR_v4.pdf)

<sup>7</sup> ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002.

<sup>8</sup> Estudos realizados em Vila Velha (ES) indicam que a retirada de árvores em uma praça resultou em um acréscimo de 0,7 °C na temperatura média do local (SOARES OLA; ANDARA RAMOS; NETTO DE JESUS, 2024).

qualificação das praças é parte essencial desse compromisso e representa um passo estratégico na construção de uma cidade mais equilibrada, democrática e preparada para os desafios climáticos e ambientais contemporâneos.

Este documento está organizado em capítulos que apresentam, de forma progressiva, os fundamentos, o contexto e a análise das praças no território da Maré. O primeiro capítulo introduz o **Guia de Praças**, explicitando seus objetivos, metodologia e relevância para o planejamento urbano e para a garantia de direitos no território. O segundo capítulo discute a **praça como espaço de direito ao lazer**, situando esses equipamentos no debate sobre uso do espaço público, convivência, bem-estar e cidadania. Em seguida, o terceiro capítulo apresenta um panorama da **situação das praças “oficiais” na Maré**, contextualizando sua distribuição, reconhecimento institucional e principais desafios. O quarto capítulo concentra a **análise territorial**, reunindo dados sistematizados sobre as praças, iniciando com um infográfico síntese e avançando para a caracterização geral desses espaços, incluindo a existência de mesas, bancos, papeleiras e arborização. Ainda nesse capítulo, são analisados aspectos de **conforto e qualidade ambiental**, como conforto térmico, iluminação e a relação entre arborização e uso efetivo das praças, bem como o **mobiliário e os equipamentos específicos**, compondo um diagnóstico detalhado que orienta ações de qualificação e gestão desses espaços públicos.

## 2. A praça como espaço de direito ao lazer

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Emenda Constitucional nº 90, de 2015)*

Ao se aliviar das pressões e demandas do trabalho, as pessoas têm a oportunidade de se ver e se entender no mundo, cuidar da saúde física e mental e criar laços de convivência. Nesse sentido, as praças e parques<sup>9</sup> cumprem papel essencial ao oferecerem espaços coletivos onde práticas de lazer podem acontecer de forma pública, espontânea e diversa. Além disso, é importante reconhecer que a rua também é um lugar de lazer e encontro, especialmente em territórios como a Maré, onde nem sempre há praças em número ou condições adequadas. Brincar na rua, conversar na calçada, jogar bola no asfalto são formas de ocupar e viver a cidade. Essas práticas demonstram a capacidade da população de transformar o espaço urbano em lugar de convivência, afeto e resistência cotidiana, mesmo diante da falta de infraestrutura adequada.

É a partir dessa capacidade de organizar e se adaptar que surgem espaços construídos

<sup>9</sup> A definição do conceito de Parques ainda é um tema debatido, mas podemos partir da definição de dois autores de expressão no Urbanismo, Barcellos (1997) e Kliass(1993) que definem parques como: espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação.

pela comunidade para a comunidade. Essas ações insurgentes planejadoras (Miraftab, 2016) são contra hegemônicas, e estabelecem métodos colaborativos do fazer, com ações diretas de intervenção nos territórios. Como exemplo de uma praça insurgente, temos a Praça da Paz, localizada entre as favelas Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Nova Maré, construída a partir de iniciativa organizada pela Redes, e que transformou um espaço de descarte de lixo em um local de lazer e encontro para a comunidade.

Garantir oportunidades para o lazer é, portanto, um movimento de luta constante e coletiva que busca afirmar esse direito previsto na Constituição de 1988, enfrentando as barreiras impostas pela precarização do trabalho, pela ausência de infraestrutura e pela negligência do poder público. Zelar pelas praças e demais espaços coletivos passa por reconhecer o valor de múltiplas formas de ocupação e entender o que, minimamente, tais locais devem oferecer para que o direito ao lazer seja vivido de forma plena e democrática. Ao compreender as praças como espaço de garantia de direitos fundamentais sacramentados na constituição, podemos olhar quais instrumentos legais atuaram no contexto do território da Maré.

O Conjunto de Favelas passou a existir oficialmente como território reconhecido pelo poder público em 1986, quando foi criado pela Prefeitura por meio do Decreto Municipal nº 6.011/1986. Dois anos depois, suas fronteiras foram delimitadas pelo Decreto nº 7.980/1988, estabelecendo limites entre a Baía de Guanabara, a Avenida Brasil e a Rua Piragi, na Praia de Ramos. Em 1994, a Maré deixou de ser apenas uma região administrativa e passou a ser reconhecida como bairro, o que acontece no contexto do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro – PROAP-RIO (Lei nº 2.119/1994), criado para integrar favelas e loteamentos populares à cidade formal, com o objetivo de garantir direitos básicos de urbanização através do Decreto nº 14.332/1995.

O PROAP-RIO determinou que a urbanização completa de um território deve incluir abastecimento de água; esgotamento sanitário; circulação viária; drenagem pluvial; contenção e estabilização de encostas; reflorestamento; coleta de lixo e limpeza pública; iluminação pública; educação sanitária e ambiental; creches; praças, parques e jardins; esporte e lazer; e outros programas sociais (art. 3º, inciso I a XII, Decreto nº 14.332/1995). Percebe-se, desde logo, que as praças, parques e jardins compõem um conjunto de direitos integrantes de um bairro urbanizado.

O Plano Diretor (Lei Complementar nº 270/2024) classifica praças, parques e jardins como áreas verdes e espaços livres (art. 304, §2º), elas são bens de uso comum do povo afetados à circulação de pessoas e à convivência social (art. 446, caput). Ele estabelece ainda que esses espaços devem contar com equipamentos de lazer para atendimento de diversas faixas etárias (art. 454, inciso IX). O §1º do art. 446 determina que o uso desses espaços tem como princípio garantir a livre circulação de todas as pessoas de forma autônoma, segura e

confortável, com a adoção do desenho universal<sup>10</sup>, reforçando seu papel para a qualidade ambiental, convivência e saúde.

Além disso, o Plano Diretor diz que “as Áreas de Planejamento 3 e 5 são prioritárias para receber projetos de adaptação para mitigação de ondas de calor e ilhas de calor urbano” (art. 72). Como a Maré está inserida na Área de Planejamento 3, o território é considerado prioritário para receber projetos de adaptação e mitigação de ondas de calor e ilhas de calor urbano, podendo incluir, quando necessário, parques suspensos para ampliar a cobertura vegetal e melhorar o microclima (art. 72, parágrafo único). Além disso, as áreas prioritárias para ações de redução de riscos, mitigação de enchentes e inundações estão distribuídas em todas as APs, incluindo a AP 3 (art. 73).

Embora a lei atual traga regras estruturais, o Plano Diretor anterior explicava de forma mais direta algo essencial para a Maré: praças, parques e jardins têm a função de promover lazer, convivência e integração social, valorizando a identidade local (art. 12, I, LC 111/2011). Essa finalidade continua válida e ajuda a compreender o papel desses espaços no dia a dia da comunidade.

Em síntese, a legislação deixa claro que a Maré tem direito legal à implantação, manutenção e qualificação de praças, parques e jardins que sejam acessíveis, seguros, iluminados e destinados ao uso coletivo. Cabe ao poder público garantir esses direitos, enquanto a comunidade tem o poder — e o direito — de acompanhar, cobrar, fiscalizar e propor melhorias para esses espaços. Ademais, é necessário reforçar que o lazer, entendido como o tempo de não trabalho, é um direito garantido pela Constituição<sup>11</sup>.

### 3. Situação das Praças “Oficiais” na Maré

A partir do levantamento feito pelo Redes da Maré conseguimos observar e localizar quais praças estão nas listas oficiais da prefeitura do Rio de Janeiro, a Lista de Praças da Fundação Parques e Jardins<sup>12</sup> e o Caderno Maré do Programa Rio + Social.<sup>13</sup>

Vale destacar que, nessa análise, identificou-se a inexistência de uniformidade e de concordância entre as informações apresentadas nos dois documentos. Ao observar a lista organizada por bairro, percebe-se que todos os bairros da cidade possuem suas respectivas praças devidamente atribuídas. No entanto, ao se analisar o caso do bairro da Maré, essa lógica se altera, com praças que não lhe são atribuídas ou que são associadas às favelas da Maré, mas não ao bairro enquanto unidade administrativa. Cabe mencionar que

<sup>10</sup> O desenho universal exige que todos esses espaços sejam plenamente acessíveis, garantindo que pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e crianças possam circular, permanecer e usar cada equipamento com segurança e autonomia.

<sup>11</sup> Conforme o Art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o lazer também é contemplado como direito social a partir da emenda constitucional n. 90, de 2015.

<sup>12</sup> Instituição fundada em 1989, mantém-se responsável pelo planejamento, paisagismo, projetos de parques e praças, conforme disposto no Decreto nº 28.981, de 31 de janeiro de 2008

<sup>13</sup> O Caderno da Maré reúne informações e iniciativas coordenadas pelo Instituto Pereira Passos e pela equipe do Rio+Social com foco no Território da Maré.

foram inseridos parques urbanos, como o Parque Ecológico<sup>14</sup> na listagem de Praças, mostrando um erro de classificação e leitura do território.

Além dessas inconsistências, os parques municipais localizados na Maré também demandam um olhar que os reconheça plenamente como parques públicos. Isso implica cuidados básicos esperados para esse tipo de espaço, como manutenção regular, preservação das áreas verdes, infraestrutura adequada para lazer e convivência e uma gestão compatível com o uso público. Nesse conjunto, destaca-se, por um lado, o parque projetado por Burle Marx, atualmente conhecido como Vila Olímpica Municipal Seu Amaro, que, ao longo do tempo, foi gradativamente ocupado e teve parte de sua condição de parque descaracterizada em decorrência de condutas e escolhas do poder público. Por outro lado, o Parque Municipal do Piscinão de Ramos também não tem recebido o tratamento e a atenção compatíveis com sua condição de parque municipal, sobretudo diante das complexidades que marcam sua conformação e seu uso.

De todo modo, constata-se que essas praças estão dispersas ao longo da lista, exigindo do leitor um conhecimento prévio do território para reuni-las e analisá-las adequadamente. O Guia de Praças, nesse sentido, tem como objetivo provocar as autoridades públicas a revisarem as listagens existentes e reorganizar as praças do território da Maré conforme o tratamento dado aos demais bairros. A ausência dessa organização não contribui para a construção de uma identificação objetiva das praças atribuídas à Maré, evidenciando a negligência do poder público pela falta de zelo dos espaços públicos do território.

O guia surge como um caminho para revisar esse olhar, com o objetivo de construir uma maior unidade na identificação das praças. Apontando a realidade delas, podemos contribuir para uma nova relação entre a população e os espaços públicos existentes. Além disso, a consolidação dessa unidade de identificação das praças é fundamental para o planejamento orçamentário voltado à sua manutenção. Ao reconhecer e organizar as praças da Maré de forma objetiva e integrada, possibilita-se estimar custos, definir prioridades e alocar recursos públicos de maneira mais transparente e eficiente, garantindo ações regulares de conservação, limpeza, segurança e uso adequado desses espaços.

Como resultado dessa elaboração, apresentamos o mapeamento e diagnóstico a seguir das praças que aparecem no levantamento.

<sup>14</sup> Decreto Rio n.º 50.699, de 27 de abril de 2022, nomeia como Parque Municipal Ecológico Cadu Barcellos, a área que menciona.



## PRAÇA DE RAMOS

**RAMOS** 4.346 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampas nem piso tátil.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com árvores de grande porte e alguns canteiros gramados, no entanto a maioria da superfície seca e impermeável.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sistema de drenagem parcial. Não conta com sanitários. Apresenta lixeiras comuns e para coleta seletiva.



### LAZER ATIVO

A praça apresenta maior diversidade de equipamentos, que em sua maioria estão degradados por falta de manutenção.



### MOBILIÁRIO

Não apresenta nenhum banco ou mesas.



## PRAÇA INOMINADA

**CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS**

920 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampas de acesso nem piso tátil.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com apenas duas árvores de médio porte. O restante do solo é impermeável.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sistema de drenagem parcial. Não conta com sanitários nem lixeiras de coleta seletiva.



### LAZER ATIVO

A praça apresenta maior diversidade de equipamentos, que em sua maioria estão degradados por falta de manutenção.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA DOS CAETÉS

MORRO DO TIMBAU 400 m<sup>2</sup>

### ACCESSIBILIDADE

Não conta com rampas nem piso tátil.

### ARBORIZAÇÃO

A praça não tem arvores nem canteiros ajardinados. Totalmente impermeável.

### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sem sistema de drenagem. Não conta com sanitários nem lixeiras.

### LAZER ATIVO

A praça conta apenas com quadra poliesportiva.

### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA INOMINADA

PARQUE MARÉ 457 m<sup>2</sup>

### ACCESSIBILIDADE

Não conta com rampas de acesso nem piso tátil.

### ARBORIZAÇÃO

A praça não tem arvores nem canteiros ajardinados. Totalmente impermeável.

### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente. Sistema de drenagem inexistente. Não conta com sanitários nem lixeiras.

### LAZER ATIVO

A praça conta apenas com quadra poliesportiva.

### MOBILIÁRIO

Não conta com mobiliários.



## PRAÇA INOMINADA

VILA DO JOÃO 1.071 m<sup>2</sup>

### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampa nem piso tátil.

### ARBORIZAÇÃO

A praça tem apenas uma árvore. Restante do solo impermeável.

### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública inexistente. Sistema de drenagem inexistente. Não conta com sanitários nem lixeiras.

### LAZER ATIVO

Não conta com nenhum equipamento de lazer.

### MOBILIÁRIO

Não conta com mobiliários.



## PRAÇA MARLI

MORRO DO TIMBAU 210 m<sup>2</sup>

### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampas nem piso tátil.

### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com poucas árvores, solo predominantemente impermeável.

### INFRAESTRUTURA

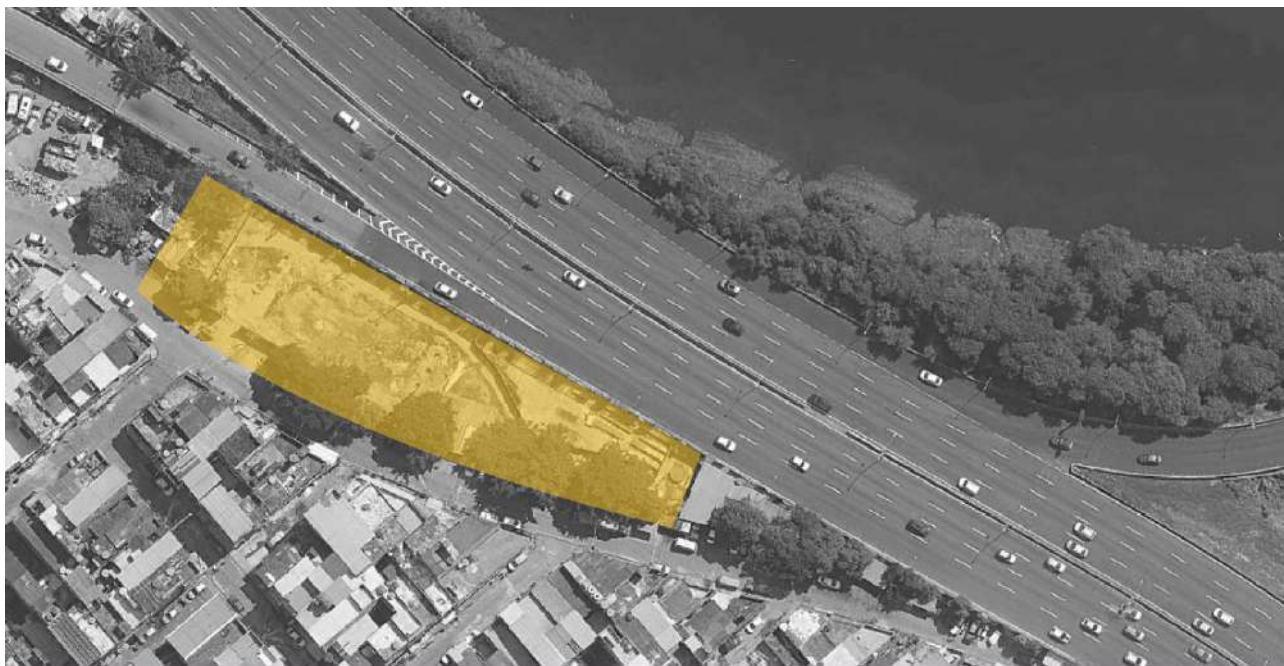
Iluminação pública existente. Sistema de drenagem parcial. Não conta com sanitários nem lixeiras.

### LAZER ATIVO

A praça conta apenas com playground danificado.

### MOBILIÁRIO

Não apresenta mobiliário.



## PRAÇA DO AMOR

VILA DO PINHEIROS 1.400 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampas de acesso nem piso tátil.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com algumas árvores de grande porte e alguns canteiros gramados, no entanto a maioria da superfície da praça está em terra batida pouco drenada.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública inexistente. Sistema de drenagem inexistente. Não conta com sanitários nem lixeiras.



### LAZER ATIVO

A praça apresenta maior diversidade de equipamentos que em sua maioria estão degradados por falta de manutenção.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA DO PONTILHÃO

MORRO DO TIMBAU 420 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampas de acesso nem piso tátil.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com uma única árvore de porte médio.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente. Sistema de drenagem inexistente. Não conta com sanitários nem lixeiras.



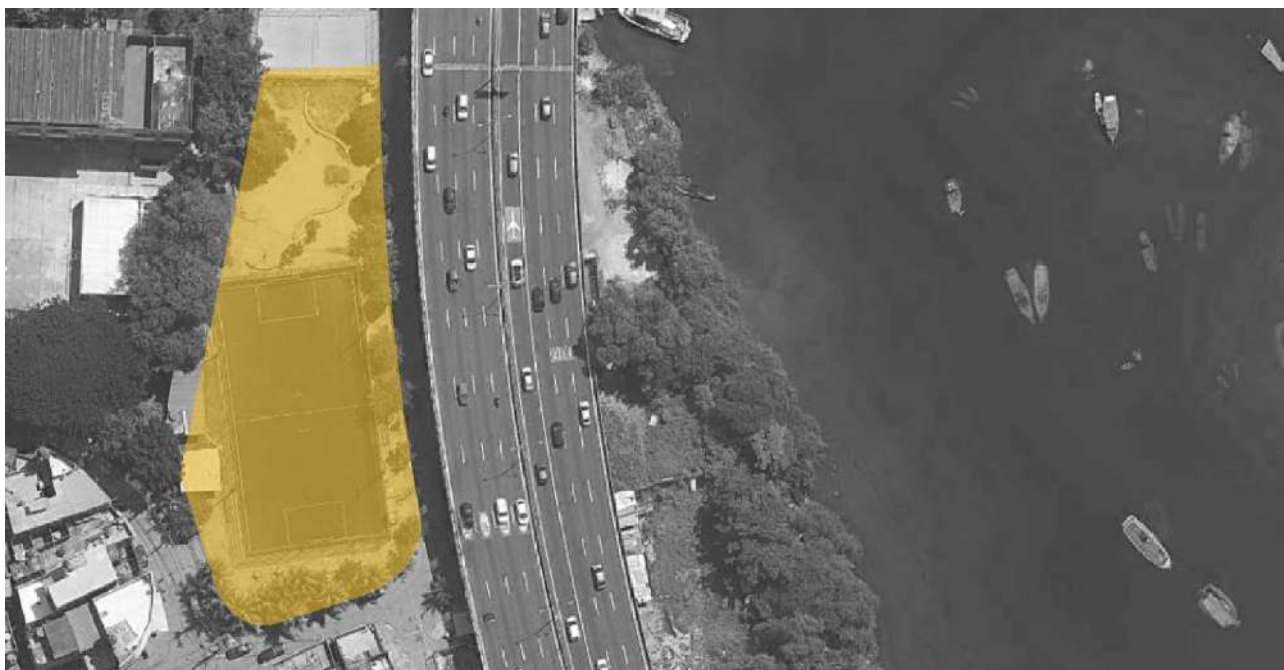
### LAZER ATIVO

A praça apresenta maior diversidade de equipamentos que em sua maioria estão degradados por falta de manutenção.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA INOMINADA

PARQUE UNIÃO 4.125 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Conta com rampas de acesso mas não apresenta piso tátil nem opções de lazer adaptado.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com árvores de grande porte e alguns canteiros gramados, no entanto a maioria da superfície da praça está em terra batida pouco drenante.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sistema de drenagem parcial. Não conta com sanitários públicos nem vestiários. Não conta com lixeiras.



### LAZER ATIVO

A praça apresenta maior diversidade de equipamentos de lazer ativo como quadra de tênis, campo society e playground.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA ZÉ BODINHO

SALSA E MERENGUE 450 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampas de acesso nem piso tátil.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com árvores de grande porte e alguns canteiros gramados.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública inexistente. Sistema de drenagem inexistente. Não conta com sanitários. Não conta com lixeiras.



### LAZER ATIVO

A praça conta apenas com playground que está danificado.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA INOMINADA

**NOVA HOLANDA** 1.300 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Conta com rampas de acesso, mas não apresenta piso tátil nem opções de lazer adaptado.



### ARBORIZAÇÃO

A praça possui algumas árvores mas sem canteiros ajardinados. Totalmente impermeável.



### INFRAESTRUTURA

Conta com Sanitários e vestiários. Não conta com lixeiras.



### LAZER ATIVO

A praça apresenta maior diversidade de equipamentos que em sua maioria estão degradados por falta de manutenção.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA DO 18

**BAIXA DO SAPATEIRO** 9.400 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Conta com rampas de acesso, mas não apresenta piso tátil nem opções de lazer adaptado.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com árvores de grande porte e alguns canteiros gramados, no entanto a maioria da superfície da praça é impermeável.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sistema de drenagem parcial. Conta com vestiário. Apresenta apenas poucas lixeiras com ans.



### LAZER ATIVO

A praça apresenta maior diversidade de equipamentos que em sua maioria estão degradados por falta de manutenção.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto além de arquibancadas.



## PRAÇA DA PAZ

CONJUNTO ESPERANÇA

2.850 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Conta com rampas de acesso mas não apresenta piso tátil nem opções de lazer adaptado.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com árvores de grande porte e canteiros e gramados.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sistema de drenagem parcial e conta com sanitário com acesso limitado e vestiários acessíveis e lajeiras de coleta seletiva.



### LAZER ATIVO

O campo existente ocupa a maior parte da área disponível além de playground identificado. Possui variedade de opções de lazer.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA DA CICLOVIA

CONJUNTO PINHEIROS

13.587 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Conta com rampas de acesso mas não apresenta piso tátil nem opções de lazer adaptado.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com árvores de grande porte e alguns canteiros gramados, no entanto a maioria da superfície da praça está em terra batida pouco drenante.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sistema de drenagem parcial. Não conta com sanitários. Único container de lixo, não apresenta lixeiras para coleta seletiva.



### LAZER ATIVO

A praça apresenta maior diversidade de equipamentos que em sua maioria estão degradados por falta de manutenção.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA DA ESPERANÇA

PARQUE UNIÃO 1.450 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Conta com rampas de acesso mas não apresenta piso tátil nem opções de lazer adaptado.



### ARBORIZAÇÃO

A praça não tem árvores nem canteiros ajardinados. Totalmente impermeável.



### INFRAESTRUTURA

Sistema de drenagem parcial. Não conta com sanitários. Não conta com lixeiras.



### LAZER ATIVO

A praça não apresenta equipamentos de lazer.



### MOBILIÁRIO

Não apresenta mobiliário.



## PRAÇA INOMINADA

MORRO DO TIMBAU 302 m<sup>2</sup>



### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampas de acesso nem piso tátil.



### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com uma única árvore, piso em sua maioria impermeável.



### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública inexistente. Sistema de drenagem inexistente. Não conta com sanitários ou lixeiras.



### LAZER ATIVO

A praça não conta com equipamentos de lazer.



### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## ARENA PALACE

### CONJUNTO ESPERANÇA

2.650 m<sup>2</sup>



#### ACESSIBILIDADE

Conta com rampas de acesso mas não apresenta piso tátil nem opções de lazer adaptado.



#### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com árvores de grande porte e canteiros gramados.



#### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sistema de drenagem parcial e conta com sanitário com acesso limitado e vestiário acessível além de lixeiras comuns e coleta seletiva.



#### LAZER ATIVO

O campo existente ocupa a maior parte da área disponível além de playground sanitificado. Pouca variedade de opções de lazer.



#### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA INOMINADA

### RUBENS VAZ

1.059 m<sup>2</sup>



#### ACESSIBILIDADE

Conta com rampas de acesso mas não apresenta piso tátil nem opções de lazer adaptado.



#### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com árvores e canteiros gramados, em sua maioria o solo é impermeável.



#### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sistema de drenagem parcial. Sanitários acesso limitado e vestiário acessível. Não possui lixeiras.



#### LAZER ATIVO

A praça conta apenas com um playground que está sanitificado.



#### MOBILIÁRIO

Os mobiliários ofertados são mesas, cadeiras e bancos de concreto.



## PRAÇA INOMINADA

RUBENS VAZ 421 m<sup>2</sup>

### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampas de acesso, piso tátil nem opções de lazer adaptado.

### ARBORIZAÇÃO

A praça não tem árvores nem canteiros ajardinados. Totalmente impermeável.

### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública existente, sistema de drenagem parcial. Conta com vestiário. Não possui lixeiras.

### LAZER ATIVO

A praça conta apenas com quadra poliesportiva.

### MOBILIÁRIO

Não possui mobiliários.



## CAMPO DA TOCA

VILA DOS PINHEIROS 5.000 m<sup>2</sup>

### ACESSIBILIDADE

Não conta com rampas de acesso nem piso tátil.

### ARBORIZAÇÃO

A praça conta com poucas árvores de grande porte. O restante do solo é impermeável.

### INFRAESTRUTURA

Iluminação pública inexistente. Sistema de drenagem inexistente. Conta com sanitários e vestiários. Não possui lixeiras.

### LAZER ATIVO

A praça é ocupada quase que totalmente pelo campo de futebol.

### MOBILIÁRIO

Não conta com mobiliários.

## 4. Análise do Território da Maré

Este relatório apresenta uma análise detalhada de múltiplas dimensões que compõem a experiência de uso das praças, desde elementos básicos como bancos, lixeiras e arborização, até aspectos mais específicos como conforto térmico, iluminação, equipamentos destinados a diferentes faixas etárias e recursos de acessibilidade. A avaliação busca não apenas mapear a presença ou ausência desses componentes, mas também compreender sua condição, distribuição e impacto no bem-estar dos usuários.

Por meio de alguns indicadores visuais, este documento oferece um diagnóstico estruturado que pode subsidiar ações de planejamento urbano, manutenção e políticas públicas voltadas à qualificação desses espaços, visando torná-los mais funcionais, seguros, inclusivos e ambientalmente equilibrados.

# COMO ESTÃO AS PRAÇAS DA MARÉ?

Favela	Nº de Praças	População
PRAIA DE RAMOS	1	3 MIL HABITANTES
ROUQUETE PINTO	1	8 MIL HABITANTES
PARQUE UNIÃO	2	20 MIL HABITANTES
NOVA HOLANDA	1	13 MIL HABITANTES
NOVA MARÉ	1	3 MIL HABITANTES
BAIXA DO SAPATEIRO	1	8 MIL HABITANTES
BENTO RIBEIRO DANTAS	1	3 MIL HABITANTES
CONJUNTO PINHEIROS	1	4 MIL HABITANTES
VILA DO JOÃO	1	13 MIL HABITANTES
PARQUE RUBENS VAZ	2	6 MIL HABITANTES
PARQUE MARÉ	1	13 MIL HABITANTES
MORRO DO TIMBAU	4	8 MIL HABITANTES
VILA DOS PINHEIROS	2	15 MIL HABITANTES
SALSA E MERENGUE	1	6 MIL HABITANTES
CONJUNTO ESPERANÇA	2	5 MIL HABITANTES

**A Maré tem 22 PRAÇAS E PARQUES OFICIAIS\***  
distribuídos entre 15 favelas

\*Considerados "oficiais" os que aparecem nas listas da Prefeitura (Fundação Parques e Jardins • Rio Social, de 2023).

**UM SERVIÇO INEXISTENTE**  
nenhuma das praças mapeadas possui banheiros públicos.

**CAIU A LUZ**  
Embora 19 praças tenham luz no entorno, apenas 5 possuem iluminação interna dedicada ao espaço da praça.

**63% DAS PRAÇAS NÃO POSSUEM BANCOS OU MESAS**

**A DIVERSÃO É UM RISCO**  
Das 16 praças que possuem algum brinquedo, 13 estão com mobiliário quebrado.

**SÓ 3 PRAÇAS têm parquinhos em bom estado.**

**SOMBRA E ÁGUA FRESCA?**  
Embora a maioria das praças tenha árvores, elas não geram sombra suficiente nos locais onde as pessoas sentam ou circulam.

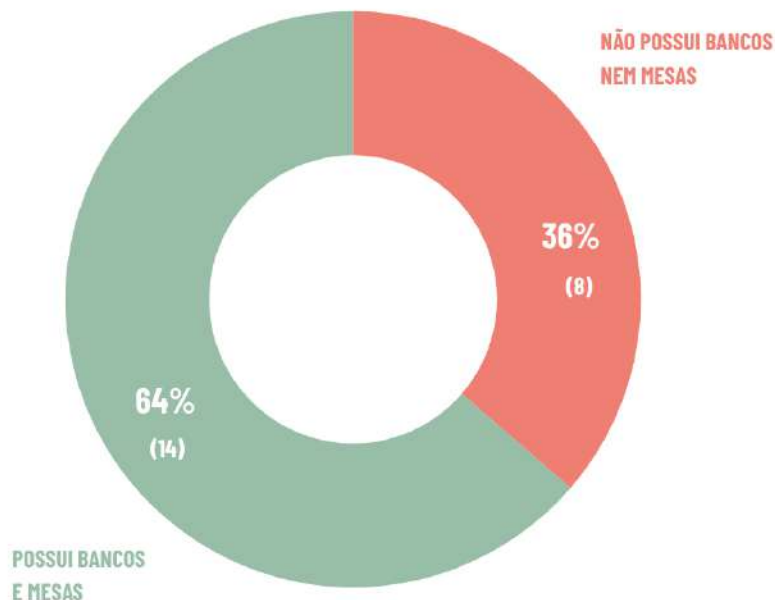
**QUASE 90% NÃO POSSUEM LIXEIRAS**  
tornando a limpeza do lixo quase impossível.

**UM ESPAÇO QUE EXCLUI**  
A Maré possui mais de 1.500 moradores com algum tipo de deficiência (Censo Maré, 2019), mas 70% das praças mapeadas não apresentam nenhum recurso de acessibilidade.

## 4.1. Caracterização geral das praças

### 4.1.1. Existência de mesas e bancos nas praças

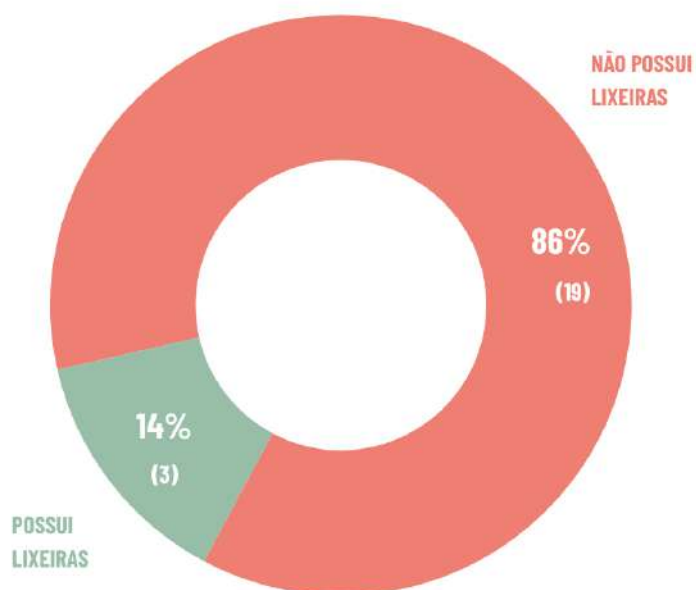
## EXISTÊNCIA DE BANCOS E MESAS NAS PRAÇAS



Este gráfico compara a quantidade de praças que possuem mesas e bancos em relação às que não possuem. Conforme os dados, 8 praças contam com essa infraestrutura, enquanto 14 praças não oferecem mesas e bancos. A diferença evidencia que mais da metade das praças analisadas carecem desse tipo de mobiliário urbano, o que pode afetar a experiência de uso e a permanência dos frequentadores nesses espaços públicos. A presença de mesas e bancos é um fator importante para o conforto e a socialização, sugerindo uma oportunidade de melhoria no planejamento urbano e na requalificação de praças.

#### 4.1.2. Praças segundo a existência de papelreira (COMLURB)

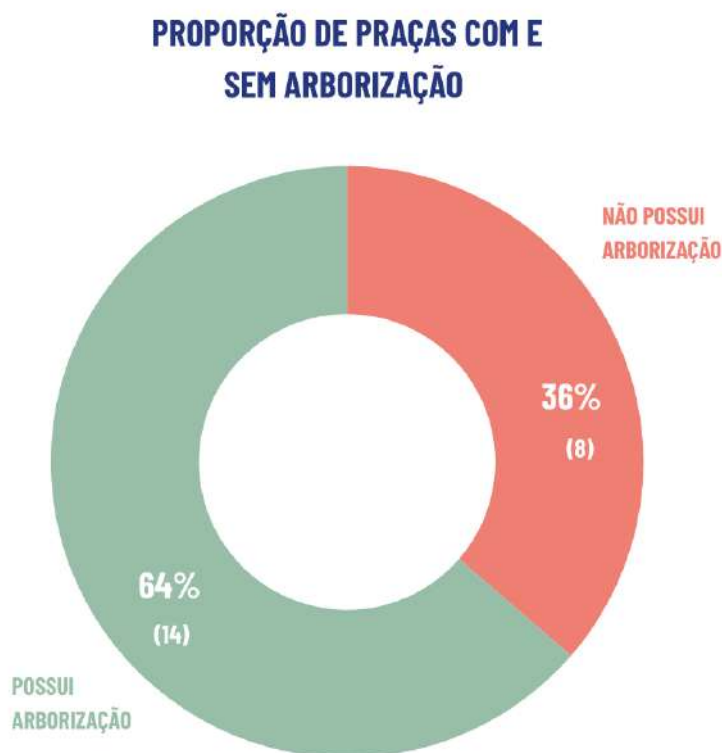
##### EXISTÊNCIA DE LIXEIRAS DA COMLURB (PAPELEIRAS)



Este gráfico circular representa a distribuição das praças segundo a presença ou ausência de papelereiras. Somente 3 praças possuem papelereiras, correspondendo a uma pequena fração do total analisado. A grande maioria, 19 praças, não possui papelereiras, evidenciando uma carência generalizada deste equipamento de saneamento básico e limpeza pública.

A ausência de papelereiras em mais de 86% das praças pode refletir em problemas de acúmulo de lixo, comprometendo a higiene, a estética e a sustentabilidade ambiental desses espaços. A instalação de papelereiras é uma medida simples e essencial para promover a coleta seletiva e a conservação das áreas de uso comum.

### 4.1.3. Quantitativo de praças com algum tipo de arborização



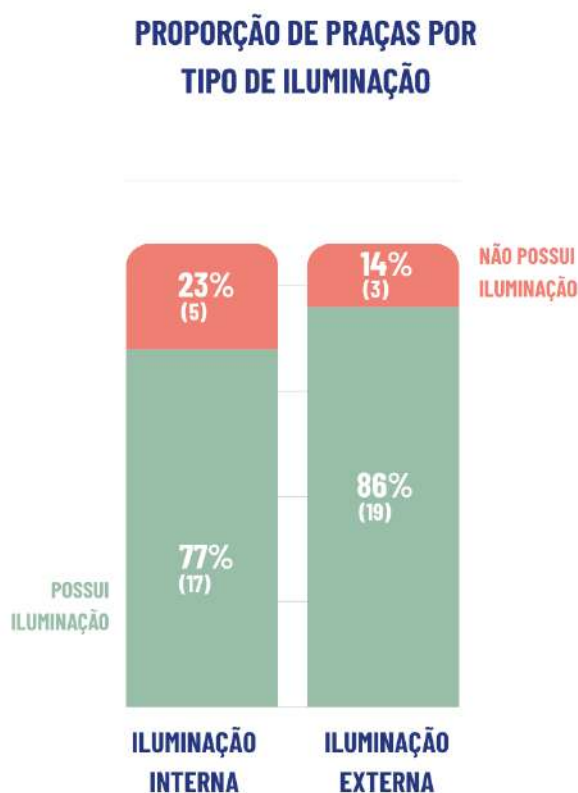
Este gráfico compara a quantidade de praças que possuem algum tipo de arborização com aquelas que não possuem.

- 14 praças contam com arborização, representando a maioria dos espaços analisados.
- 8 praças não possuem nenhum tipo de vegetação arbórea.

A predominância de praças arborizadas é um indicador positivo, uma vez que a presença de árvores contribui para o conforto térmico, a qualidade do ar, a biodiversidade urbana e o bem-estar da população. No entanto, as 8 praças sem arborização representam uma oportunidade de ampliação da infraestrutura verde, visando a melhoria ambiental e paisagística desses espaços públicos.

## 4.2. Infraestrutura e Iluminação

### 4.3.1 Quantidade de praças por tipo de iluminação



Este gráfico de barras compara a disponibilidade e o tipo de iluminação nas praças analisadas, considerando dois aspectos: existência da iluminação e sua localização (interna ou externa à praça).

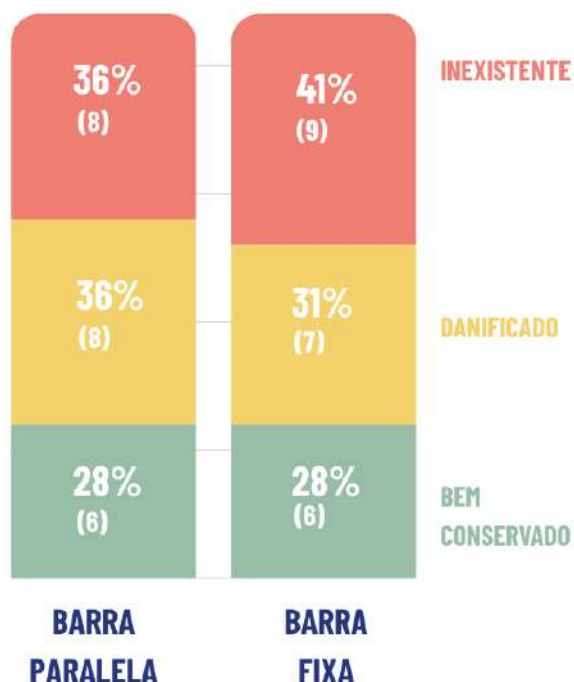
- Iluminação existente vs. inexistente:
  - 19 praças possuem iluminação.
  - Somente 3 praças não contam com qualquer tipo de iluminação.
- Tipo de iluminação:
  - 17 praças têm iluminação externa (proveniente de postes ou fontes próximas ao entorno).
  - 5 praças não possuem iluminação interna (luminárias instaladas dentro do espaço da praça).

Os dados demonstram que, embora a maioria das praças tenha algum tipo de iluminação, ela é predominantemente externa. Isso pode indicar dependência da infraestrutura urbana do entorno, limitando a autonomia e a qualidade da iluminação dentro da praça. O fato de 3 praças não terem nenhum tipo de iluminação é preocupante e coloca elas em uma condição limitante de acesso e segurança.

## 4.3. Mobiliário e equipamentos específicos

### 4.3.1. Estado de conservação do mobiliário destinado a adultos, segundo o tipo

## PROPORÇÃO DE PRAÇAS POR TIPO DE MOBILIÁRIOS PARA EXERCÍCIOS



Este gráfico compara o estado de conservação de dois tipos de mobiliários públicos para adultos: Barra paralela e Barra fixa.

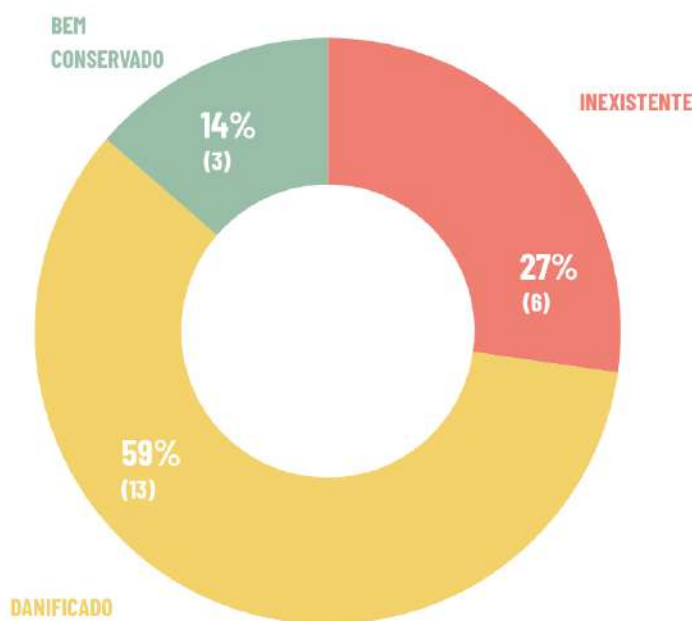
- No caso da barra paralela, que corresponde ao conjunto de equipamentos destinados a exercícios com apoio dos dois braços em estrutura paralela, observa-se que a maioria das unidades se encontra danificada ou inexistente, apenas 6 praças contam com o equipamento em estado de uso pleno.
- Já a barra fixa, equipamento utilizado para exercícios suspensos com apoio das mãos em uma única haste horizontal, apresenta um cenário similar: há uma quantidade significativa de unidades inexistentes, que corresponde ao maior grupo nessa categoria, seguido de equipamento danificado, as barras em estado de uso seguro são a exceção.

De modo geral, a Barra paralela apresenta melhor estado de conservação e disponibilidade em comparação com a Barra fixa, que possui uma alta taxa de ausência. Isso

indica possíveis falhas na instalação, manutenção ou reposição desse tipo específico de mobiliário.

### 4.3.2. Existência e situação dos mobiliários de parque infantil

#### EXISTÊNCIA E SITUAÇÃO DOS MOBILIÁRIOS DE PLAYGROUND INFANTIL



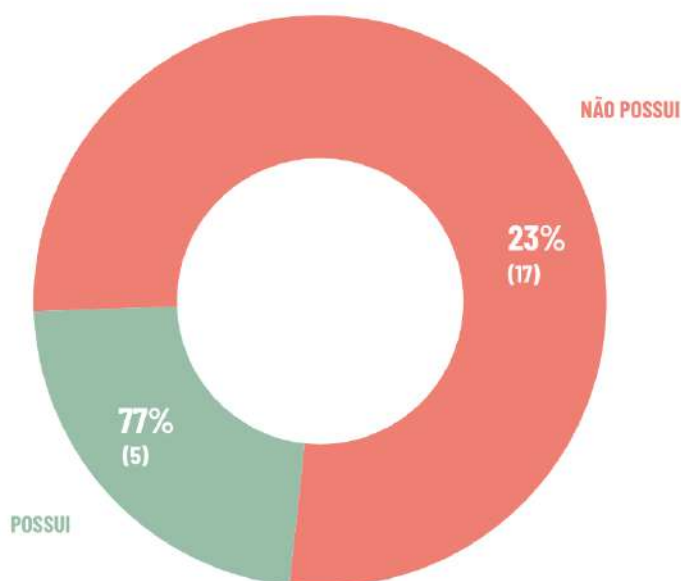
Este gráfico apresenta a condição dos mobiliários de parques infantis nas praças analisadas, categorizando-os conforme sua existência e estado de conservação.

- 13 praças têm parques infantis danificados, o que pode representar riscos à segurança das crianças e compromete o uso dos equipamentos.
- 3 praças possuem parques infantis conservados, representando a minoria dos casos e indicando a falta de manutenção adequada.
- 6 praças não contam com qualquer mobiliário de parque infantil.

A presença majoritária de parques infantis conservados é um aspecto positivo, demonstrando investimento em infraestrutura lúdica e de lazer para crianças. No entanto, a quantidade de equipamentos danificados sinaliza a necessidade de revisão e manutenção periódica para garantir segurança e durabilidade. Já a ausência total em 6 praças aponta para possíveis lacunas na oferta de espaços dedicados ao público infantil.

### 4.3.3. Quantidade de praças que possuem algum tipo de equipamento voltado para a 3ª idade

#### PROPORÇÃO DE PRAÇAS QUE TÊM ALGUM EQUIPAMENTO VOLTADO PARA IDOSOS



Este gráfico apresenta a distribuição das praças conforme a presença de equipamentos destinados ao uso por idosos.

- 17 praças não possuem equipamentos voltados para a terceira idade.
- Somente 5 praças contam com algum tipo de estrutura específica para esse público.

A grande maioria das praças (cerca de 77% do total) não oferece infraestrutura adequada para atender às necessidades de exercício, convívio e acessibilidade da população idosa. Essa lacuna pode limitar a inclusão social, a autonomia e a promoção da saúde desse grupo etário, que se beneficia significativamente de espaços públicos adaptados e seguros. A implementação de equipamentos como bancos ergonômicos, aparelhos de ginástica suave, pisos antiderrapantes e rampas de acesso é fundamental para garantir que as praças sejam verdadeiramente inclusivas e acessíveis a todos os cidadãos.

#### 4.3.4. Quantidade de praças com equipamentos voltados à 3ª idade, segundo o tipo de aparelho

### TIPOS DE APARELHOS VOLTADOS À TERCEIRA IDADE



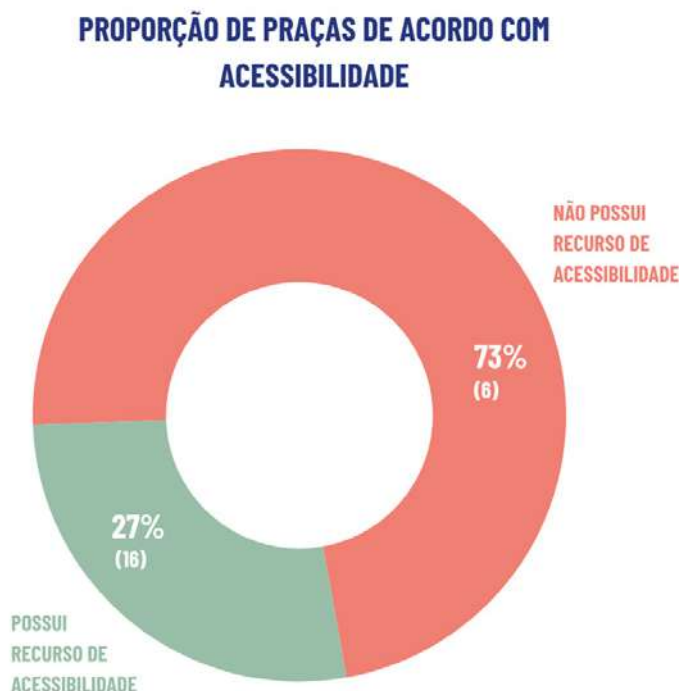
Este gráfico detalha a disponibilidade de diferentes tipos de equipamentos de ginástica destinados ao público idoso nas praças analisadas. Os aparelhos considerados são: Volante de rotação, Simuladores de caminhada, Cavalgadas, Pressões de pernas e Alongador.

De modo geral, mesmo entre as poucas praças que possuem equipamentos para idosos, a variedade e a quantidade de aparelhos específicos costumam ser limitadas. A presença ou ausência de cada modelo reflete escolhas de planejamento que podem não atender de forma abrangente às necessidades variadas de atividade física, mobilidade e fortalecimento muscular da população idosa.

Este detalhamento evidencia a necessidade de se considerar uma gama maior de equipamentos adaptados, promovendo assim um envelhecimento ativo e acessível nos espaços públicos.

#### 4.4. Acessibilidade e oferta diversificada

##### 4.4.1. Quantitativo de praças segundo os recursos de acessibilidade identificados

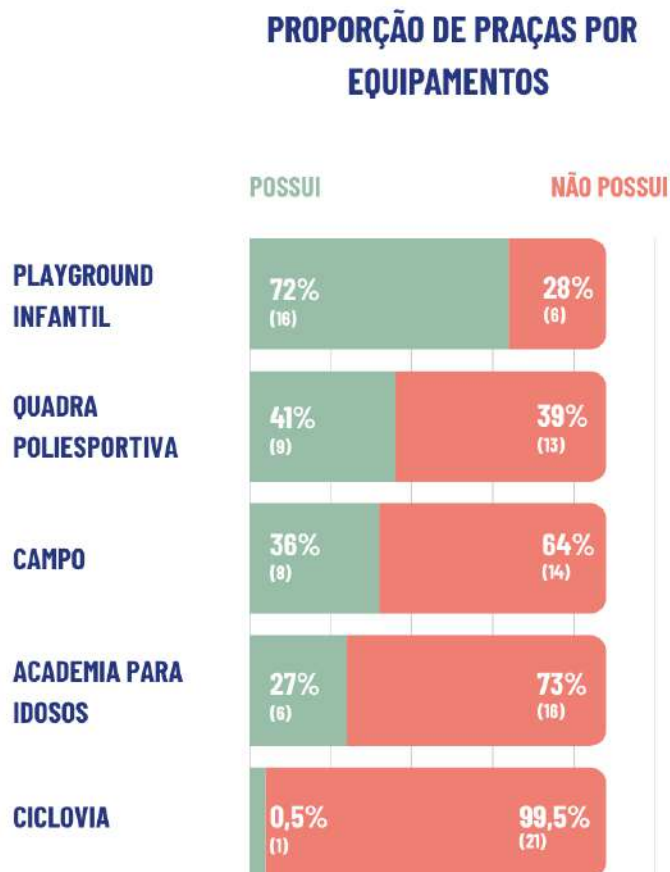


Este gráfico apresenta a distribuição das praças conforme a presença de recursos que garantem acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, idosos, cadeirantes ou outras necessidades específicas.

- 16 praças não possuem recursos de acessibilidade identificados, representando a grande maioria dos espaços analisados.
- Somente 6 praças contam com algum recurso voltado à acessibilidade, como rampas, pisos táteis, banheiros adaptados ou sinalização inclusiva.

A baixa presença de infraestrutura acessível (somente cerca de 27% do total) revela uma deficiência significativa no desenho e na manutenção dos espaços públicos. A falta de acessibilidade limita a inclusão social, restringe o uso democrático das praças e desrespeita direitos básicos de circulação e lazer. A implementação e a adequação de recursos acessíveis são fundamentais para assegurar que todos os cidadãos possam usufruir desses ambientes coletivos com segurança e autonomia.

#### 4.4.2. Quantitativo das praças por conjunto de equipamentos encontrados



Este gráfico compara a presença ou ausência de diferentes tipos de equipamentos de lazer e esporte nas praças analisadas. Os conjuntos considerados são: parque infantil, quadra poliesportiva, campo, academia para a 3ª idade e ciclovía.

A partir da escala vertical (0–22), é possível observar, por exemplo:

- Parque infantil: presente na maioria das praças, com poucas ausências.
- Quadra poliesportiva: muitas praças não possuem.
- Campo: situação semelhante à quadra, com mais ausências que presenças.
- Academia para a 3ª idade: equipamento pouco comum, com maioria das praças sem essa estrutura.
- Ciclovía: Equipamento quase inexistente, encontrado apenas em uma das vinte e duas praças

O gráfico evidencia que, embora alguns equipamentos como parques infantis sejam comuns, outros — especialmente aqueles voltados ao esporte formal e à terceira idade — são escassos, refletindo prioridades ou limitações no planejamento urbano das praças.

## Síntese

A análise realizada sobre as condições das praças públicas permite concluir que, embora esses espaços desempenhem um papel social e ambiental fundamental nas cidades, ainda apresentam lacunas significativas em infraestrutura, acessibilidade e conforto. De modo geral, nota-se que a maioria das praças conta com arborização, um aspecto positivo para o ambiente urbano. No entanto, a presença de árvores não tem se traduzido, na prática, em conforto térmico adequado para os usuários, revelando uma desconexão entre o projeto paisagístico e a funcionalidade climática dos espaços.

Além disso, a oferta de mobiliário básico — como mesas, bancos e papeleiras — é insuficiente, limitando o uso prolongado e a qualidade da experiência nas praças. A iluminação, embora presente na maior parte dos locais, depende principalmente de fontes externas, o que pode comprometer a segurança e a autonomia desses espaços no período noturno. No que se refere à inclusão, os dados são especialmente preocupantes: a grande maioria das praças não possui equipamentos voltados à terceira idade e carece de recursos mínimos de acessibilidade, excluindo parcelas significativas da população, como idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

A conservação dos equipamentos é um ponto de atenção para além da distribuição, os equipamentos existentes em sua maioria estão degradados, representando potencial risco aos usuários. Esse cenário indica uma necessidade urgente de políticas de manutenção preventiva e de reposição de mobiliário urbano. Por fim, a análise comparativa dos equipamentos disponíveis evidencia uma oferta ainda concentrada em alguns itens, com pouca diversificação — especialmente no que diz respeito a estruturas esportivas, como quadras e campos, e a infraestrutura para atividade física orientada.

Em síntese, as praças analisadas refletem um potencial subutilizado. Para que se tornem verdadeiramente democráticas, inclusivas e qualificadas, é essencial que o poder público atue em três frentes complementares: ampliação da infraestrutura básica e especializada, implementação de projetos que garantam conforto ambiental efetivo e estabelecimento de programas periódicos de manutenção e monitoramento. Somente com um planejamento integrado e sensível às diferentes necessidades dos usuários será possível transformar essas praças em espaços de convívio, saúde e bem-estar para todos.

## 5. Requisitos para uma Praça funcional

Diante da inexistência de uma definição legislativa precisa sobre o que constitui uma praça, torna-se necessário recorrer a critérios funcionais para compreendê-la. Nesse sentido, questiona-se: **quais são os principais aspectos e elementos que garantem que a praça cumpra sua função social de democratizar o acesso ao lazer?**

A partir dessa reflexão, apresentamos cinco tópicos que buscam auxiliar os leitores — especialmente aqueles que vivem e conhecem o território da Maré — na construção de um conceito de praça ancorado na realidade local, permitindo uma leitura crítica das praças existentes no território. São eles:

**5.1. Acessibilidade:** Facilita o acesso e uso do espaço por diferentes tipos de pessoas.

- Traçados acessíveis: caminhos que conectam diferentes pontos da praça e do entorno
- Desenho universal: projetar rampas e percursos adaptados a pessoas com deficiência (PCD) ou mobilidade reduzida.



Figura 1: Desenho Universal aplicado ao Paisagismo Fonte: Prof. Vanessa Goulart Dornelles.

- Atividades e equipamentos adaptados: brinquedos inclusivos e opções de lazer para PCD.



Figura 2: Parque da Amizade - Montevideu / Uruguai Fonte: Marcelo Roux.

**5.2 Mobiliários:** Diversidade de equipamentos que favorecem o conforto e a apropriação do espaço por diferentes grupos.

- Bancos: Proporcionar opções individuais e coletivas permite o repouso em diferentes pontos, o que favorece a permanência nas praças.



Figura 3: Aterro do Flamengo. Fonte: Wikipedia.

- Estruturas de apoio: Para além dos bancos, mobiliários de apoio como mesas, bicicletários e bebedouros atendem outras demandas de quem chega e quer permanecer no espaço.
- Espaços de convívio: Delimitar espaços de convivência por meio de pergolados, redários ou churrasqueira públicas sugerem interações coletivas que promovem uma sensação de pertencimento ao espaço comum.



Figura 4: Pergolados. Fonte: Diário do Rio

**5.3 Cobertura vegetal:** A integração de elementos de vegetação à praça promove uma ocupação mais saudável e ambientalmente consciente do espaço público.

- **Arborização:** A sombra de uma árvore pode reduzir a temperatura média do local em até 10 °C, uma vez suas copas criam uma barreira natural para os raios solares, filtrando a radiação responsável pelas altas temperaturas, sem contar o processo de evapotranspiração que aumenta a umidade e reduz a sensação de calor.

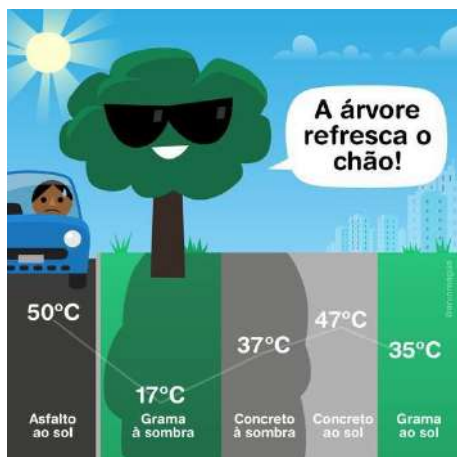


Figura 5: Diagrama ilustrativo de variação de temperatura. Fonte: Árvore, Ser tecnológico.

- **Drenagem:** Áreas vegetadas e arborizada ampliam a permeabilidade do solo, e contém parte da precipitação, favorecendo o escoamento da água de forma mais uniforme, evitando enchentes e alagamentos.
- **Produção de alimentos:** Para além de árvores frutíferas, hortas e canteiros de ervas podem integrar o programa da praça. Assumindo um potencial de produção democrática de alimentos em um paisagismo produtivo e ambientalmente consciente.



Figura 6: Horta comunitária em Manguinhos. Fonte: Site de notícias “Outras Palavras”.

**5.4 Equipamentos de lazer ativo:** São espaços que incentivam movimento, saúde e convivência.

- Parque infantil: Ao pensar espaços lúdicos, que atendam diferentes faixas etárias, é possível integrar e estimular as crianças e jovens.
- Instalações esportivas: Um programa de equipamentos esportivos diversos cria oportunidades de interação e estímulo a atividades físicas que estimulam uma relação mais saudável com o corpo e mente.



Figura 7: Quadra Poliesportiva Parque Pavuna. Fonte: Embya.

- Áreas livres: Gramados e espaços para práticas coletivas espontâneas estimulam a permanência e formas mais autônomas de ocupar e interagir com o espaço



público.

Figura 8: Espaços livres gramados. Fonte: Plantar Ideias.

**5.5 Infraestrutura:** São elementos básicos que garantem segurança, manutenção e uso adequado do espaço.

- **Iluminação:** A iluminação pública contribui para a permanência em diferentes horários do dia, contribuindo para uma maior sensação de segurança e conexão nas praças.



Figura 9: Praça bem iluminada. Fonte: Londrina Iluminação.

- **Lixeiras:** Um sistema de coleta e armazenamento de resíduos, tanto para reciclagem quanto resíduo orgânico, potencialmente direcionado a um sistema de compostagem, é essencial para a conservação e uso coletivo do espaço.



Figura 10: Coleta seletiva. Fonte: Copacabana em foco

- Drenagem técnica: Sistemas como os jardins de chuva aumentam a superfície drenante das cidades, captam e redirecionam grande parte da água das chuvas, o que reduz os riscos de erosão e enchentes.

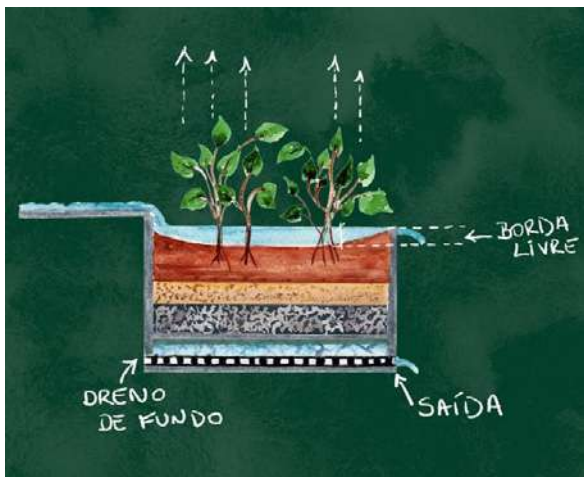


Figura 11: Corte esquemático Jardim de chuva. Fonte: O Eco - Arte: Maíra Roberto

## 6. Caminhos possíveis para as praças

Ao compreender a realidade atual das praças da Maré e reconhecer sua importância para o lazer, o encontro e a construção de vínculos, é possível começar a imaginar outros modelos de praças, mais completas, cuidadas e pensadas a partir das necessidades reais da comunidade.

As praças podem ir muito além do básico que foi apresentado. Por exemplo, podem ajudar a enfrentar a crise climática com a inclusão de mais árvores e áreas drenantes; podem combater a insegurança alimentar por meio de hortas e pomares coletivos; podem fortalecer a saúde e o bem-estar com equipamentos de esporte e lazer ativo; e podem ser espaços de encontro e convivência, onde amizades se constroem e o senso de pertencimento se fortalece. Ambicionar praças melhores é também ambicionar uma vida comunitária mais digna, saudável e diversa.

O infográfico a seguir sintetiza os principais potenciais das praças públicas, destacando como esses espaços podem contribuir para o enfrentamento de desafios ambientais, sociais e urbanos na Maré:



Nos tópicos abaixo, destacam-se as contribuições concretas que esses espaços podem oferecer ao território:

**1. Combater a crise climática:** As praças, enquanto espaço livre, tem potencial de assimilar arborização urbana que promove diminuição da temperatura média do local, proporcionalmente um conjunto de praças bem arborizadas têm um impacto regional. Por meio de canteiros e áreas gramadas podemos aumentar a superfície permeável e drenante no território, isso associado a tecnologias de drenagem como jardins de chuva pode funcionar no controle e mitigação de enchentes e alagamentos.

**2. Combater a insegurança alimentar:** Por meio da instalação de hortas comunitárias e pomares de frutíferas nativas, a praça contribui para produção de alimentos coletivamente. Com baixo investimento e um esforço coletivo, a produção de alimento

localmente pode impactar a vida de diversas famílias, que além de se alimentar podem reaprender a cuidar e ser cuidado pela natureza.

**3. Oferecer espaços de lazer ativo:** Ao se implantar equipamentos esportivos e de lazer ativo em praças é possível impactar na melhora da saúde e bem-estar da população. Além de incentivar a prática do esporte, promovem-se encontros e possíveis conexões. Lembrando que uma diversidade de equipamentos favorece a apropriação e uso do espaço por diferentes usuários, o que é saudável para uma comunidade que se reconhece na diversidade.

**4. Oferecer espaço de encontro:** Criar oportunidades para as pessoas permanecerem no espaço público contribui para serem estabelecidos vínculos com o local e entre as pessoas que ali estão. Com mobiliários adequados e equipamentos como churrasqueiras públicas, por exemplo, a praça pode assimilar eventos entre famílias e amigos, entrando no imaginário coletivo como um local a ser cuidado e compartilhado.

## 7. Conclusão

Ao longo deste guia, partimos da caracterização do território para compreender a situação das praças da Maré, analisando seus requisitos funcionais e reafirmando a praça como um espaço fundamental de direito ao lazer, ao encontro e à vida comunitária.

Compreender a realidade atual das praças da Maré e reconhecer sua importância abre caminho para imaginar outros modelos possíveis, mais completos, cuidados e alinhados às necessidades reais da comunidade. A criação de espaços de encontro e permanência reforça a praça como um lugar de pertencimento, cuidado e compartilhamento, integrado ao cotidiano e ao imaginário coletivo do território.

Ambicionar praças melhores é, portanto, ambicionar uma vida comunitária mais digna, saudável e diversa. Que este guia sirva como um primeiro passo para ampliar esse imaginário e fortalecer, coletivamente, a luta por praças que façam sentido para quem vive na Maré todos os dias.



[WWW.REESDAMARE.ORG.BR](http://WWW.REESDAMARE.ORG.BR)